

1 **Ata da 8º Reunião Ordinária do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos**  
2 **dos Agrotóxicos e II Encontro Estadual do Fórum**

3  
4 Aos dezesseis dias do mês de março de 2018, às 14h30min, na sede do Ministério  
5 Público Federal – MPF, em Palmas no Tocantins, o Procurador da República e  
6 coordenador adjunto do Fórum, Dr. Álvaro Manzano, deu início à oitava Reunião  
7 Ordinária do Fórum com as boas vindas aos presentes. Lista de presença no anexo  
8 I. Posteriormente, foi lida a pauta da reunião: 1- aprovação da Ata da 7ª Reunião  
9 Ordinária do Fórum; 2- informes da Coordenação; 3- informes sobre a Rede  
10 Analítica e de Pesquisas em Produtos Químicos Agrícolas (PQA). 4- eleição da  
11 coordenação do Fórum, conforme Regimento Interno; 5- breve relato das ações  
12 executadas do Plano de Trabalho 2016/2017; 6- apresentação do Plano de  
13 Trabalho 2018/2019; 7- aprovação do calendário de reuniões 2018/2019; 8- palavra  
14 livre e encerramento. Colocada em apreciação, a Ata da 7ª Reunião Ordinária foi  
15 aprovada à unanimidade pelo plenário. No segundo item de pauta, Informes da  
16 Coordenação, foi esclarecido que o II Encontro Estadual do Fórum está sendo  
17 realizado em conjunto com a 8ª Reunião Ordinária porque o Fórum completa dois  
18 anos de criação este mês e a nova coordenação deve ser escolhida de acordo com  
19 o Art. 8º § 2º do Regimento Interno: “A escolha do Coordenador e dos Adjuntos será  
20 efetivada no Encontro Anual.” Foi informado que o III Encontro Estadual do Fórum  
21 será realizado em junho de 2018 e que em momento oportuno serão realizadas  
22 reuniões com a comissão responsável pela realização do III Encontro para a  
23 definição da data e conteúdo do evento. A secretaria do Fórum informou também  
24 que o Laboratório de Pesquisa em química Ambiental e de Biocombustíveis –  
25 LAPEQ da UFT recebeu repasse de recursos financeiros de R\$232.994,64  
26 (duzentos e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro Reais e sessenta e  
27 quatro centavos) do MPTO (R\$26.764,40 – vinte e seis mil e setecentos e sessenta  
28 e quatro reais e quarenta centavos) e do Ministério Público do Trabalho  
29 (R\$232.994,64 – duzentos e trinta e dois mil e novecentos e noventa e quatro Reais  
30 e sessenta e quatro centavos) para preparar o laboratório para a análise da  
31 presença de agrotóxicos em diferentes meios. Foi informado também que o Fórum  
32 recebeu os dados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em  
33 Alimentos -PARA e que o mesmo está à disposição dos interessados. No terceiro  
34 ponto de pauta, foi esclarecido que está em articulação a criação da Rede Analítica  
35 e de Pesquisas em Produtos Químicos Agrícolas (PQA), o objetivo da Rede PQA é  
36 criar condições de análise e pesquisa necessárias para investigar o impacto do uso  
37 de agrotóxicos na saúde de trabalhadores, nos alimentos e no meio ambiente, por  
38 meio da avaliação do nível de contaminação nas águas, nos sedimentos de rios,  
39 peixes, alimentos naturais ou processados, nos trabalhadores, e outras matrizes  
40 humanas e ambientais, avaliando os diversos fatores ocupacionais, físicos,  
41 ecológicos e antrópicos que podem estar influenciando os níveis de contaminação.  
42 A Rede será criada por termo de cooperação a ser firmado entre a Secretaria da  
43 Saúde do Tocantins (SES/TO); a Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região;  
44 a Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT) e o Núcleo de Estudos  
45 Ambientais e Saúde do Trabalhador/ Instituto de Saúde Coletiva da Universidade  
46 Federal do Mato Grosso (Neast/Iscc/UFMT), com a proposta de o Fórum atuar como  
47 coordenação executiva. Diante da explicação, foi submetido à Plenária a anuência  
48 para que o Fórum participe da Rede PQA e assuma a coordenação executiva, o  
49 que foi aprovado por unanimidade. Com relação ao 4º item de pauta, foi  
50 reconduzido ao posto de Coordenador do Fórum, para o biênio 2018 e 2019, o  
51 procurador de justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, José Maria da  
52 Silva Júnior, sendo eleito para coordenares adjuntos, o procurador da república,

53 Álvaro Lotufo Manzano, e a representante da secretaria da Saúde do Tocantins,  
54 Gisele Akemi Carneiro. O item 5 da pauta foi discutido e apresentado pelos  
55 relatores das Comissões Temáticas 1, 2 e 3. Em ato contínuo, o representante da  
56 Adapec, relator da Comissão 1, pediu suporte para solucionar o problema de  
57 abandono de agrotóxicos contrabandeados na faixa de domínio da rodovia BR 153,  
58 nas proximidades de Gurupi, sem a identificação do proprietário. Em caso similar,  
59 em que o proprietário do agrotóxico é identificado, a responsabilidade é dele para a  
60 eliminação adequada do produto. No caso, a Adapec não tem condições de assumir  
61 o ônus para a eliminação do produto. O caso foi remetido, segundo informações da  
62 Secretaria Executiva do Fórum, para a promotoria de justiça de Gurupi para as  
63 providências cabíveis e a Adapec informou que continuará a fazer gestão junto ao  
64 Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (Inpev) para conseguir  
65 a eliminação dos produtos apreendidos de forma segura, mesmo não sendo  
66 obrigação do Inpev. Após esses esclarecimentos o representante da Adapec  
67 informou que não poderá mais ser o relator da Comissão 1. Como outros  
68 integrantes das demais Comissões pediram a inclusão e mesmo a exclusão de  
69 instituições participantes, ficou acordado, então, que como houve a escolha do  
70 Coordenador e Coordenadores Adjuntos do Fórum neste II Encontro Estadual será  
71 necessário nava escolha dos membros das Comissões 1,2 e 3 na próxima reunião  
72 do Fórum. No item 6 da pauta, os relatores das Comissões apresentaram novo  
73 plano de trabalho para o biênio 2018 e 2019 (PT 2018/2019), que foi aprovado por  
74 unanimidade. O PT 2018/2019 será sistematizado e publicado no site do Fórum. O  
75 item 7 da pauta foi aprovado com as seguintes datas de reuniões: 9ª reunião  
76 ordinária (RO) dia 13/06/2018; 10ª RO 12/09/2018; 11ª RO dia 21/11/2018; 12ª RO,  
77 dia 13/03/2019; 13ª RO dia 12/06/2019; 14ª RO dia 11/09/2019; 15ª RO dia  
78 13/11/2019 e 16ª RO e IV Encontro Estadual do Fórum dia 17/03/2020. No 8ª item  
79 de Pauta, palavra livre, o Procurador da República, Álvaro Manzano, esclareceu  
80 que a participação no Fórum é voluntária, mas a atuação das instituições no que se  
81 refere aos impactos dos agrotóxicos não é. Nesse sentido, caso um determinado  
82 órgão ou instituição deixe de cumprir suas obrigações é passível de cobrança. Em  
83 seguida, representantes da sociedade civil organizada pediram a palavra e  
84 apresentaram preocupação com “o plantio de soja, e conseqüente uso de  
85 agrotóxicos, na fazenda Manain, em área que abriga oito nascentes de afluentes do  
86 Rio Taquaruçu que abastece Palmas, com contaminação da água consumida pela  
87 população.” Explicaram que fizeram a reclamação do caso ao Promotor de Justiça  
88 do MPTO, Pedro Geraldo, e não obtiveram respaldo para o pedido de embargar a  
89 produção na fazenda. O caso foi, então, levado ao Judiciário e o juiz deferiu o  
90 pedido das organizações sociais. Pediram, então, que o Fórum emitisse uma  
91 recomendação ao promotor de justiça, Dr. Pedro Geraldo, para que seja mais  
92 diligente em relação ao caso, mesmo porque o mesmo MPTO que é coordenador  
93 do Fórum é o mesmo que não deu respaldo à solicitação da comunidade. O  
94 Procurador da República, Álvaro Manzano, explicou que o Fórum não tem  
95 competência para recomendar a um promotor de justiça que atue, mas se  
96 prontificou a enviar a demanda da sociedade ao referido promotor alertando sobre  
97 os possíveis impactos aos moradores de Palmas. Nada mais havendo a ser tratado,  
98 a 8ª Reunião Ordinária foi encerrada, às 18h, cuja ATA foi por mim, Marli Teresinha  
99 dos Santos, analista ministerial especializada do Ministério Público do Estado,  
100 redigida e assinada.